

# A propósito de um modelo de ocupação racional da Amazônia

---

BERTHA K. BECKER  
Inst. Geociências, U.F.R.J. CNPq

## 1 — Introdução

**A** análise da forma com que se vem processando a integração da Amazônia (Becker, 1974) trouxe à tona, agudamente, a necessidade e a responsabilidade de um esforço conjunto para uma definição da ocupação adequada à região.

Durante séculos, em virtude de fatores histórico-econômicos, bem como de fatores geográficos decorrentes de sua extensão e posição, a Amazônia permaneceu à margem dos estímulos que impulsionaram o povoamento estável do território. O crescimento econômico e demográfico do país, colocando a região sob novas perspectivas vem, finalmente, induzindo a sua articulação à economia espacial e a sua ocupação.

Correspondendo praticamente à metade do território nacional, a Amazônia é a natural área de expansão do ecúmeno brasileiro; sua valorização adequada, significando a utilização plena dos recursos do território, é essencial para tirar partido das dimensões continentais do País, que constituem, sem dúvida, fundamento primordial de sua capacidade econômica e política. A importância de sua valorização transcende ainda o âmbito nacional e mesmo continental: dado a sua extensão, é elemento decisivo frente aos problemas da qualidade da vida e da preservação do meio-ambiente com que se depara o mundo contemporâneo.

O atual processo de integração regional, contudo, calcado na implantação de rodovias, nos incentivos fiscais e na colonização dirigida e espontânea, vem assumindo forma desordenada, causando sérias preocupações quanto à preservação de tão extenso e valioso patrimônio.

É natural, portanto, que as metas nacionais incluam os anseios e a necessidade de criar um modelo de desenvolvimento adaptado às

condições amazônicas, uma nova forma de conquista dos trópicos que permita vida harmoniosa com o meio-ambiente, passível de ser aplicada a toda a Amazônia brasileira e mesmo sul-americana.

Não se trata, assim, da simples ocupação do território, embora esta constitua uma prioridade política, e sim de uma ocupação *racional* do território, difícil de ser concebida devido ao desconhecimento da área e à ausência de um *know-how* para outras regiões equatoriais do Globo nessa escala, mas que, por isso mesmo, cumpre ser definida.

Nestas páginas apontam-se alguns elementos que, após a referida análise, foram considerados cruciais para o desenvolvimento da região; não se pretende uma proposição detalhada e final, mas tão somente estimular uma discussão que possa contribuir para a solução do problema.

## 2 — Objetivos Esperados e Experiência Observada

A concepção de um modelo de desenvolvimento racional tem um sentido geopolítico amplo, que implica em dois objetivos fundamentais: a) a exploração conservacionista dos recursos, com preservação do equilíbrio ecológico; b) o lançamento das bases para um crescimento auto-sustentado, implicando em povoamento permanente e integração à economia nacional.

A preservação do equilíbrio ecológico não significa impossibilidade de exploração das potencialidades regionais, mas sim a busca das formas de utilização da terra que, embora forçosamente introduzindo modificações no ecossistema, reduzam ao mínimo os riscos decorrentes dessa modificação. Ora, um ecossistema é um conjunto que abrange populações de organismos vivos e um complexo de fatores ambientais, em que os organismos interagem entre si e em que existem efeitos recíprocos entre o ambiente e as populações, de tal sorte que a interferência em um de seus elementos tem repercussões sobre o funcionamento do conjunto.

No ecossistema amazônico o elemento dominante é a floresta, e é por demais sabido que a remoção do manto florestal implica em fortes mudanças no funcionamento do ecossistema; pode acarretar não só a perda em si das espécies vegetais como a remoção da matéria orgânica, a lixiviação e erosão dos solos, cujos detritos, carregados para os rios, podem favorecer inundações desastrosas, acentuadas pela dificuldade de infiltração da água no solo.

Por essa razão, é vital a identificação das alternativas de utilização da terra mais aptas à preservação do equilíbrio ambiental.

Quanto ao segundo objetivo, a teoria contemporânea do crescimento regional estabelece que regiões remotas, despovoadas, dotadas de recursos naturais valiosos — as fronteiras de recursos — têm seu processo de crescimento desencadeado por impulsos externos, representados pela forte demanda de recursos naturais com a correspondente inversão em infra-estrutura, capital e instituições para sua exploração. O desenvolvimento regional se efetuará se houver internalização dos fatores econômicos externos, de modo a criar uma base econômica diversificada, o que exige: a) a formação de um mercado interno (retenção de salários e dimensão mínima crítica da população) e conseqüente implantação de atividades residenciais; b) a formação de uma infra-estrutura psicossocial, liderança identificada com a região e capaz de pressionar por sua integração interna e por um grau mínimo de autonomia regional.

A distância em que essas regiões se encontram dos focos de povoamento sugere que seu desenvolvimento seja apoiado numa cidade, ponta de lança da civilização que transforma o sertão em ambiente adequado à ocupação permanente.

Se os impulsos externos não são efetivos, a região se desenvolverá muito lentamente; na ausência da diversificação da base econômica e de um povoamento estável alcança apenas o crescimento tributário, a maioria dos benefícios de seu crescimento sendo filtrados para o exterior, o que a mantém em estado de dependência quase colonial; se, finalmente, um sistema urbano não se elabora, o espaço regional não se integra, persistindo uma dualidade social e econômica que dificulta o desenvolvimento regional e o próprio desenvolvimento nacional.

No caso da Amazônia sul-americana, vem ela sendo percebida como fronteira de recursos em função de objetivos políticos a curto prazo e econômicos a longo prazo. Assim, a ocupação tem precedido a forte demanda de recursos, e os impulsos externos limitam-se à abertura de rodovias, associada, por vezes, a estímulos para a ocupação. Dado a fraca intensidade dos impulsos externos, o crescimento regional passa a apoiar-se na colonização espontânea.

Na maioria dos casos, comuns a vários países latino-americanos, a estratégia de ocupação do espaço pela simples implantação rodoviária tem sido antieconômica, quando não se descobrem recursos naturais importantes. A estrada é apenas um fator permissivo para o desenvolvimento e não um fator determinante; necessário seria que fosse acompanhada de um planejamento global para estimular e apoiar a implantação de atividades criativas. Registra-se, assim, apenas um certo crescimento agropecuário que acarreta a destruição dos recursos naturais, representando um grande ônus público. Faltam-lhe as bases urbanas, as linhas internas de transporte e comunicação, a extensão de serviços sociais e administrativos básicos às novas comunidades, e a regularização da posse adequada da terra.

A Amazônia brasileira não tem fugido muito a essa regra. Ao intenso apelo de integração promovido pelo Governo federal, os empresários têm respondido apenas moderadamente, a maior resposta sendo a da força de trabalho, representada pela migração espontânea ou dirigida da população móvel de meeiros, assalariados e pequenos proprietários rurais. Esta população, contudo, não tem tido, via de regra, condições de se fixar em bases permanentes na região. Dado o desconhecimento das condições naturais, a ausência ou dificuldade de acesso a mercados, a falta de armazenamento e de assistência técnica e financeira, em pouco tempo se torna incapaz de se manter em suas posses, voltando a migrar; assim, constitui-se, na verdade, como força de trabalho para a abertura das matas de terras logo adquiridas pelos grandes proprietários. Estes, após a retirada de algumas espécies madeiras valiosas, e a queimada impiedosa da mata, têm destinado suas terras a pastagens, não se sabendo ainda os efeitos dessa atuação sobre o equilíbrio ecológico.

Tal processo apresenta restrições ao crescimento auto-sustentado da região, uma vez que os impulsos externos são de fraca intensidade e além disso não conduzem à criação de forças internas; estas são ainda reduzidas pela forma de penetração da sociedade moderna que, causando grande impacto na sociedade local, não valoriza os seus recursos, pelo contrário, anula-os, quer no sentido ecológico quer no econômico, social e político. Tal forma de atuação conflitua com os objetivos políticos da integração e desenvolvimento nacional, representando desperdício de recursos e favorecendo a formação de tensão social.

### 3 — Conclusões e Proposições Preliminares

Do acima exposto, várias conclusões podem ser estabelecidas. Em primeiro lugar verifica-se a necessidade premente de *amplo programa de investigação científica* e de coordenação das pesquisas já em andamento, com vistas à *identificação da real vocação regional*. Regiões trópicas e equatoriais têm sido alvo de avaliações ufanistas ou derrotistas quanto à sua dotação de recursos, ambas carecendo de objetividade. Se, na verdade, apresentam certas limitações, certamente não de oferecer potencialidades ainda não reconhecidas, uma vez que têm sido geralmente analisadas sob parâmetros de regiões temperadas, dotadas de ecologia, cultura e tecnologia diversas. Seria, assim, importante identificar não só a sua vocação como as técnicas mais adequadas para desenvolver suas potencialidades antes de se cogitar da introdução de produtos a ela estranhos, cujas conseqüências sobre a alteração do ambiente são ainda desconhecidas. Ressalte-se que para a Amazônia não podem ser generalizados os resultados da investigação, sendo necessário considerar as variações regionais existentes.

Um segundo ponto fundamental diz respeito à *percepção do ambiente pelas populações locais*. Longe de ser anulada, deve ela se constituir como ensinamento precioso para a valorização da região, alimentando gradativamente o povoamento racional permanente do território. A cultura nativa — índios e caboclos — representa ensinamento da experiência secular de adaptação dessas populações ao ambiente, e seu aprendizado permitirá prepará-la para melhor enfrentar o impacto da modernização que a ameaça de extinção. Plantas e animais nativos passíveis de utilização como alimento e/ou industrialização, flora medicinal, condições de alimentação relacionadas com produtividade de trabalho, formas de organização comunitária, etc., são algumas das muitas contribuições que a população nativa pode oferecer para a moderna conquista da Amazônia, sua pesquisa constituindo talvez a maior contribuição que o Brasil poderia oferecer à ocupação das regiões equatoriais.

Tal investigação e aprendizados sofrem restrições de tempo impostas pelo avanço da frente de povoamento, demandando solução que ofereça alternativa de exploração econômica a curto prazo, satisfatórias tanto para o empresariado como para a meta preservacionista. Do que se depreende da teoria do desenvolvimento regional e da forma pela qual se vem fazendo a integração da área, um terceiro ponto importante se delinea: sua ocupação mais eficiente se processaria, inicialmente, *mediante o reforço dos impulsos externos* do desenvolvimento. Estes são representados por investimentos em grande escala para exploração racional de recursos valiosos, e não com o usual processo predatório de colonização agrícola.

Ao que tudo indica, portanto, a concepção de um modelo de ocupação racional da Amazônia implicaria no desenvolvimento de uma *tecnologia nacional* capaz de *integrar* os modos eficientes de exploração da sociedade moderna extra-regional com os modos de exploração primitivos, mas profundamente adaptados ao ambiente, utilizados pelas populações locais, que constituem patrimônio cultural que cumpre preservar e utilizar.

Tal modelo, a partir da teoria existente e da realidade observada, seria uma versão adaptada da “base de exportação”, útil para o desen-

volvimento das fronteiras de recursos, mas incorporando as características específicas do País e da região. Implicaria ele:

1 — na exploração racional em grande escala de recursos regionais já comprovados e valorizados no mercado interno e/ou externo. A pesquisa de mercado é fundamental para indicar os recursos a serem explorados que, em função do potencial e acessibilidade das diferentes áreas, poderão variar — castanha, borracha, guaraná, madeira, minério, etc. A presença de grandes empreendimentos não significa o uso imediatista de recursos e a simples transferência da tecnologia de domínios, ecológico e culturalmente diversos. Trata-se de uma exploração de vários recursos, que alterem o mínimo o ecossistema, programada no tempo e no espaço, o que vale dizer limitada a certos montantes anuais e a certas áreas mais propícias e sujeita a exigências de restauração no caso de recursos renováveis (plantas, fauna, solos);

2 — na utilização racional dos rios como meio de circulação das exportações e importações, com vistas não só ao aproveitamento do potencial natural da região como a evitar a invasão inadequada das terras;

3 — na implantação de uma base logística de apoio à exploração, apta a se desenvolver progressivamente como base urbana para o processamento da matéria-prima à organização do espaço regional. Situa-das junto aos rios, seriam os centros de convergência de transportes terrestres a serem implantados em oportunidade adequada, tirando partido de tal vantagem locacional para seu crescimento;

4 — no gradativo beneficiamento e industrialização das matérias-primas que, gerando efeitos para trás (*backward linkages*), estimulam a implantação de atividades diversificadas, assim tornando a região capaz de atrair e de absorver em bases estáveis a população;

5 — na organização, paralelamente, de grandes propriedades comunitárias, com uma direção central, com vistas a absorver a migração espontânea para a região, e à produção de alimentos para a nova base urbana em elaboração. Essa organização, obviamente localizada em terras aptas a sustentar a atividade agrícola, seria calcada não só na produção de alimentos para o mercado local como em pelo menos uma lavoura comercial, de modo a oferecer um padrão de vida digno à população;

6 — na organização de um mecanismo inovador para defesa da região contra a invasão desordenada das terras e sua exploração inadequada. Para fiscalizar essa defesa poderiam ser integradas formas das mais modernas como o Radam, e formas adequadas à região como destacamentos que utilizassem os rios para circulação;

7 — Tal forma de ocupação, mais compatível com a escala da região, apresenta a vantagem de dar tempo útil para que se proceda, paralelamente, a pesquisa para maior conhecimento da região, incluindo o aprendizado com a população nativa que deverá ser fundamental para nortear a descoberta de novos recursos regionais e da tecnologia adequada à sua exploração.

A ocupação da Amazônia mediante a integração de formas modernas e primitivas de exploração poderia lançar as bases para o desenvolvimento de uma tecnologia amazônica nacional que, pela dimensão da área, é de fundamental importância, como já frisado, não só para o Brasil como para todo o globo terrestre, em termos de preservação do ambiente para gerações atuais e futuras.

Ficam, assim, registradas essas proposições iniciais à espera de um diálogo.